

RECURSO ESPECIAL Nº 1.723.900 - DF (2018/0032409-7)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : A A B
ADVOGADOS : ALESSANDRA CAMARANO MARTINS E OUTRO(S) -
DF013750
PRISCILLA CARRIJO MAYEDA - DF039048
RECORRENTE : R DE C C DE S
ADVOGADOS : ALESSANDRA CAMARANO MARTINS - DF013750
PRISCILLA CARRIJO MAYEDA - DF039048
RECORRIDO : NÃO CONSTA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO UNIÃO ESTÁVEL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
2. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por A A B e R DE C C DE S, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

Recurso especial interposto em: 23/11/2014.

Concluso ao gabinete em: 11/04/2018.

Ação: de conhecimento submetida ao procedimento de jurisdição voluntária ajuizada pelos recorrentes, com objetivo de reconhecer a união estável. Declaram terem convivido em união estável no período compreendido entre 11/10/1998 e dezembro/2015, bem que durante a convivência: a) sobrevieram dois filhos, cuja guarda ficará a com a genitora; b) as visitas paternas e os alimentos em relação aos filhos ocorrerão nos moldes acordados; c) dispensam alimentos entre si; d) a partilha de bens será nos termos acordados. Requerem a homologação do ajuste, com a declaração de

reconhecimento e dissolução da união estável no período indicado, como também a homologação das questões adjacentes.

Sentença: homologou o acordo firmado entre as partes. No entanto, consignou-se que não seria expedido formal de partilha em relação ao imóvel situado na QNR 02, conjunto C, casa 32, Ceilândia/DF, ante a ausência de matrícula imobiliária comprobatória do registro da propriedade em nome dos interessados.

Acórdão: negou provimento ao recurso de apelação interposto por A A B e R DE C C DE S, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CONSENSUAL DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA AMIGÁVEL. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA. IMÓVEL. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PROPRIEDADE EM NOME DAS PARTES. EXPEDIÇÃO DE FORMAL DE PARTILHA. INVIABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, será homologada de plano pelo Juízo, com a lavratura do respectivo formal de partilha após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 659, § 2º, do CPC.

2. Na hipótese, contudo, observa-se que não foi colacionada aos autos matrícula imobiliária apta a comprovar o registro de propriedade do bem descrito na inicial em nome dos apelantes, mas apenas instrumento particular de cessão de direitos e obrigações, razão pela qual não há que se falar na expedição de formal de partilha em relação ao imóvel.

3. A sentença homologatória de partilha não tem o condão de regularizar a situação de bem imóvel adquirido em desacordo com as formalidades legais, mormente diante da necessidade de resguardar os direitos de terceiros alheios ao processo.

4. Recurso conhecido e desprovido.

Recurso especial: alegam violação do art. 659, § 2º, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustentam que necessitam da expedição do formal de partilha, uma vez que futuramente o imóvel discutido será regularizado e escriturado, sendo que a escritura do bem somente poderá ser recebida pelas partes mediante apresentação de formal de partilha, visto que é este o documento hábil a comprovar a partilha de um imóvel de acordo com o CPC. Declaram que juntaram cessão de direitos do imóvel que comprova a

expectativa de propriedade do imóvel, no entanto, a Corte de origem entendeu que os recorrentes não tinham prova da propriedade em razão de não terem juntado a certidão de matrícula do imóvel. Aduzem não terem intenção de regularização do bem imóvel, mas apenas a expedição do formal de partilha. Por fim, sustentam que juntaram aos autos escritura pública do imóvel, que foi expedida recentemente, e trata-se que prova nova, uma vez que foi retirada após a sentença proferida. Assim, não há razão para a negativa de liberação do formal de partilha.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Do reexame de fatos e provas

Quanto a impossibilidade da expedição do formal de partilha, o TJDFDT entendeu que (e-STJ fl. 118):

Na hipótese, contudo, observa-se que não foi colacionada aos autos matrícula imobiliária apta a comprovar o registro da propriedade do bem em discussão no nome de quaisquer dos apelantes.

Com efeito, foi juntado tão somente o instrumento particular de cessão dos direitos e obrigações relativos ao imóvel (fls. 20 -A/20 -C), assim como a procuração outorgada pela cedente ao apelante A. A. B., para que, mediante comprovação da propriedade ou titularidade dos direitos, adquirisse ou alienasse o bem (fls. 20-D/21).

Dessa maneira, não restou cabalmente demonstrada a propriedade de qualquer dos apelantes sobre o bem, mas somente direito fundado em instrumento particular de cessão de direitos e obrigações, razão pela qual se afigura inviável a expedição de formal de partilha em relação ao imóvel.

Em verdade, a sentença homologatória de partilha não tem o condão de regularizar a situação informal de bem adquirido em desacordo com as formalidades legais, mormente diante da necessidade de resguardar os direitos de terceiros alheios ao processo em relação à posse e domínio do imóvel em comento.

Nesse diapasão, a despeito do que dispõe o art. 659, § 2º, do CPC, resta claro que, na hipótese, a expedição do formal de partilha em relação ao imóvel em discussão resta inviabilizada ante a ausência de prova da propriedade dos apelantes.

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, quanto ao referido ponto, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do argumento referente à existência de escritura pública do imóvel objeto da lide invocado pelos recorrentes em seu recurso especial, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Os recorrentes não apresentaram adequadamente o dissídio jurisprudencial, devido a ausência de cotejo analítico entre os julgados, sendo certo, que para a demonstração da divergência não basta apenas a transcrição de ementas.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de agosto de 2018.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora